

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Linhas Aéreas Ltda. é uma sociedade empresária limitada constituída de acordo com as leis brasileiras e tem por objeto o transporte aéreo de passageiros regular, operando vôos domésticos regulares para as regiões Centro e Norte do País. A Sete Linhas Aéreas Ltda., foi constituída em 14 de setembro de 2001, aqui denominada simplesmente "Entidade", tem por objetivo explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo de passageiros regular; e (ii) transporte aéreo de cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes.

A Sete Linhas Aéreas iniciou seus vôos regionais em 2006. Opera regularmente priorizando a interligação com o Centro e o Norte do país. Confiabilidade e segurança são as linhas mestre do atendimento, tanto para passageiros, como cargas.

Em 2014 foi renovado a concessão de exploração do Hangar localizado no Aeroporto Santa Genoveva, cujo o contrato foi renovado por mais 10 anos.

NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação Das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciada principalmente na Norma Brasileira de Contabilidade aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000).

a) Base de preparação

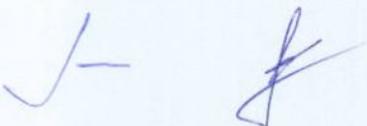
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo, exceto para os grupos de estoques e imobilizado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados e apresentados utilizando a moeda nacional vigente (R\$ em Reais).



b) Transação em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

c) Reconhecimento de resultados

O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO, exceto para as informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa.

d) Classificação de itens circulantes e não circulante

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência.

f) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Contas a receber de clientes

As contas a receber são mensuradas com base no custo, líquidas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dada a sua natureza de curto prazo. As provisões para créditos de



liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Entidade não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de risco e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

i) Direitos de curto prazo

São compostos por contas a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

k) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação.

A depreciação é reconhecida pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 08 que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, definidos pela RFB.

l) Passivo circulante e não circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Patrimônio líquido

Representado pelo Patrimônio líquido inicial, acrescido (reduzido) ao lucro (prejuízo) apurado anualmente.

n) Tributação

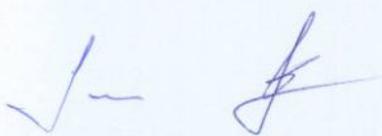
A Entidade apura seus impostos com base no lucro real, mediante levantamento mensal de balancete de suspensão ou redução para fins de IR e CSLL. Suas receitas são tributadas pelo Pis e Cofins cumulativo e não cumulativo.

NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamento Crítico na Aplicação das Políticas Contábeis da Entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa



Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade atualiza as provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades são compostas por valores de alta liquidez. Os valores alistados em caixa são representados em espécie. Os saldos de bancos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2.015	2.014
Caixa	6.000,00	6.034,40
Bancos Conta Movimento	157.324,04	-
Depósitos Bloqueados	27,00	-
Total	163.351,04	6.034,40

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

Este grupo de contas está composto por valores registrados como títulos a receber e recebimento de Cartão de Crédito, e demais recebimentos. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 de Contas a receber são:

	2015	2014
Títulos a receber (*)	361.692,77	623.651,46
(-) Títulos Descontados	(149.463,48)	(267.538,31)
Cartões de Crédito a Receber	1.325.395,76	3.317.367,41



(-) Cartões Antecipados	0,00	(512.490,67)
Cheques a depositar	0,00	0,00
Desconto Indevido a Restituir (**)	23.951,28	39.727,36
Total	1.561.576,33	3.200.717,25

(*) Títulos a Receber referem-se a serviços prestados pendentes de recebimento.

(**) Desconto indevido no cartão de crédito ref. a clonagem, aguardando a devolução do valor pela Operadora.

NOTA 06 - ADIANTAMENTOS

Nesse grupo de contas são registrados os valores pagos de adiantamento de fornecedores, e de obrigações trabalhistas, depósitos judiciais e transações entre coligadas, os saldos em 31 de dezembro são:

	2015	2014
Adiantamento de Salário	1.338,00	-
Adiantamento a Fornecedores	584.292,37	2.484.904,93
Adiantamento Aduaneiro	195,15	466.672,74
Adiantamento Férias	-	35.399,21
Transações entre coligadas	-	593.809,38
Outros Adiantamentos	-	3.086,60
Total	585.825,52	3.583.872,86

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Este grupo de contas está composto por valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar referentes a créditos de valores retidos na fonte. Esses créditos estão mantidos no circulante, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis. Segue abaixo sua composição:

	2015	2014
IR retido - Órgão Governamental	251.832,32	160.064,87
CSLL retido - Órgão Governamental	78.564,00	60.385,82
INSS	0,00	2.375,90
Crédito Tributário a Recuperar	54.455,05	47.181,05
ICMS atuado a recuperar	1.583,11	0,00
	386.434,48	270.008,25

NOTA 08 - ESTOQUES

Os estoques estão apresentados pelo valor de custo de aquisição e avaliados a custo médio. Em 31 de dezembro de 2015 este grupo tem a seguinte composição:



	2015	2014
Peças de Aeronaves	3.044.879,49	3.049.389,24
Material de Consumo	69.901,36	95.975,73
Conta de Ordem	755.513,78	6.083,10
	3.870.294,63	3.151.448,07

NOTA 09 -DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo está composto por valores de seguros contratados para vigência 2014/2015 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte e por valores de Juros de operações de desconto de títulos e cartões a receber, que também serão apropriados no exercício seguinte.

A Entidade adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2014 este grupo tem a seguinte composição:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Prêmios de seguros a apropriar	105.609,23	957.465,69	-	-
Consultoria Jurídica BR	125.000,21	136.363,70	193.179,91	329.543,61
Depósitos Judiciais	-	-	214.572,90	165.649,99
Depósitos Proc. Adm. Ações Legais	-	-	-	-
IOF a apropriar	33.284,09	51.557,84	-	-
Indenizações	-	18.750,00	-	-
Pagamento Antecipado VIVO	1.218,08	-	-	-
Horas a apropriar PR-STE	194.033,22	682.278,40	-	-
	459.144,83	1.846.415,63	407.752,81	495.193,60

NOTA 10 - INVESTIMENTO

Os valores registrados como investimentos são decorrentes de um contrato de aquisição de um condomínio aeroportuário entre as principais empresas de aviação civil que atuam em Goiânia para futuras instalações de um aeroporto privado na cidade de Aparecida de Goiânia. Os valores registrados em 31 de dezembro de 2015 são:

	2015	2015
Cond. Aeroportuário de Goiás	30.000,00	30.000,00
	30.000,00	30.000,00



NOTA 11 - IMOBILIZADO

Discriminação	Dep	custos	Dep. Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Máquinas e Equipamentos	10%	514.618,95	(112.488,76)	402.130,19	454.049,47
Instalações	4%	3.824.903,82	(219.381,12)	3.605.522,70	3.715.213,26
Aeronaves e Veículos	4% / 10%	21.933.293,20	(8.446.427,40)	13.486.865,80	13.493.234,68
Móveis e Utensílios	10%	409.007,97	(71.788,53)	337.219,44	365.041,30
Equipamentos de Informática	10%	483.562,66	(125.581,38)	357.981,28	386.835,94
Equipamentos de Voo	10%	7.314.507,45	(2.239.820,09)	5.074.687,36	5.959.074,57
Sistemas de Informática	0%	157.448,43	0,00	157.448,43	157.448,43
TOTAIS		34.637.342,48	(11.215.487,28)	23.421.855,20	24.530.897,65

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios, ou por período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(*) No balancete o grupo de intangível pertence a um grupo separado do imobilizado.

NOTA 12 – BENS EM PODER DE TERCEIROS

Os valores registrados como bens em poder de terceiros, no valor de R\$ 6557,77 (seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e sete centavos) em 31/12/2015, são decorrentes da remessa de 11 pneus para recauchutagem, na empresa Planave rio, conf. NF 0003969.

	2.015	2.014
Bens em Poder de Terceiros	6.557,77	123.197,62
Total	6.557,77	123.197,62

NOTA 13 – BENS EM COMODATO



Os valores registrados nesta conta referem-se a materiais de higiene disponibilizados pela empresa Requite Dist. e Imp. Em 2010 e 2011, material de informática disponibilizado pela empresa Prime Net Informática Ltda, em 2010 e diversos materiais de telefonia móvel, disponibilizados pela empresa vivo S/A, nos anos de 2010 a 2013.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bens em Comodato	20.460,37	20.460,37
Total	<u>20.460,37</u>	<u>20.460,37</u>

NOTA 14 – FORNECEDORES

Nesse grupo de contas estão registrados os valores em aberto até 31 de dezembro de 2015, referente à aquisição de bens, e serviços de fornecedores nacionais e internacionais e valores de distribuição de lucros aos sócios.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores Nacionais	3.732.750,73	2.864.619,14
Fornecedores Internacionais	479.332,24	6.212.960,24
Sócios	29.768,74	29.768,74
	<u>4.241.851,71</u>	<u>9.107.348,12</u>

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES FISCAIS e TRIBUTÁRIAS

As Obrigações Fiscais e Tributárias são decorrentes de valores de impostos sobre o faturamento e impostos retidos de terceiros, os valores em aberto em 31 de dezembro de 2015 estão discriminados abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRRF Retido Terceiros	4.592,64	3.531,13
PIS Retido	2.589,36	489,70
COFINS Retido	12.416,48	2.725,74
CSLL retido	9.871,71	5.706,39
Multa/ Juros s/ Tributos	27.687,90	29.287,90
IOF a recolher	17.033,32	17.033,32
INSS – O.S. 209	3.666,85	13.559,86
PIS/COFINS/CSLL	1.132,20	1.111,97
INSS Desoneração	116.547,08	34.004,39
PIS a recolher	138.147,42	87.178,62
COFINS a recolher	978.947,76	515.874,05
ICMS-DF a recolher	613,24	668,11
ICMS-GO a recolher	806,94	583,57
ICMS-AP a recolher	-	37,67
ICMS-TO a recolher	457,54	716,61



ISSQN a recolher	1.118,50	119,51
CSLL a recolher	117.061,79	117.061,79
IRPJ a recolher	329.369,97	329.369,97
ICMS-PA a recolher	3.681,49	9.671,28
ICMS MA a recolher	6,26	-
ICMS-PI a recolher	131,78	-
Juros e Multas de Débitos Tributários	85.359,56	85.359,56
	1.851.239,79	1.254.091,14

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

As Obrigações Trabalhistas são decorrentes basicamente de valores da folha de pagamento, e tributos sobre a folha de pagamento, os valores em aberto em 31 de dezembro de 2015 são:

	2015	2014
INSS a recolher	237.988,85	155.296,82
FGTS a recolher	551.134,41	64.475,09
IRRF - Folha	494.706,54	221.756,11
Salários a pagar	527.172,04	427.145,73
Férias a pagar	-	37.236,23
13º Salário a pagar	458.493,78	-
Contribuição Sindical	-	47,62
Pensão Alimentícia a Pagar	968,21	802,77
Rescisões	169.883,60	623,87
	2.440.347,43	907.384,24

NOTA 17 - PROVISÕES

As provisões são calculadas conforme determina a legislação trabalhista, tendo como base as remunerações dos colaboradores conjuntamente com suas verbas variáveis.

	2015	2014
Provisão Férias	797.714,90	710.701,51
Provisão INSS s/ Férias	212.989,20	47.616,98
Provisão FGTS s/ Férias	63.816,56	56.855,32
	1.074.520,66	815.173,81

NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são compostos dos seguintes valores:



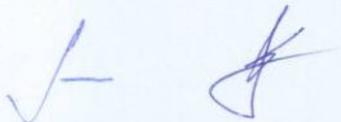
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco - 5000947	0,00	87.249,53	0,00	0,00
Banco do Brasil - 206822	17.797,87	17.190,01	0,00	0,00
Banco Itaú - 332118	0,00	149.951,25	0,00	0,00
Banco Santander - 26114	0,00	92.016,39	0,00	0,00
Banco Itaú - 71024-8	0,00	275.000,00	0,00	0,00
Banco SAFRA	0,00	298.967,99	0,00	0,00
Cheques a Compensar	61.366,06	30.132,01	0,00	0,00
Depósitos Não Identificados	0,00	135.323,68	0,00	0,00
Banco Santander - Capital de Giro	87.894,51	101.564,04	0,00	0,00
(-) Enc. Santander - Capital de Giro	(22.505,67)	(18.230,64)	0,00	0,00
Banco Itaú - Capital de Giro	1.308.419,95	1.319.077,64	1.181.920,64	545.155,64
(-) Enc. Itaú - Capital de Giro	(367.110,39)	(201.769,55)	(333.111,19)	(128.489,01)
Banco do Brasil - FCO	659.484,42	832.450,92	1.295.180,89	1.954.665,31
(-) Enc. Brasil - FCO	(50.416,92)	(50.416,92)	(121.840,87)	(172.257,79)
Banco Itaú - Empréstimo	0,00	657.821,94	0,00	0,00
(-) Enc. Itaú - Empréstimo	0,00	(44.972,62)	0,00	0,00
Banco SAFRA S/A	1.693.079,28	1.651.331,64	0,00	3.483.134,50
(-) Encargos - Giro Bco Safra	(399.792,06)	(401.331,60)	1.931.439,40	(941.467,88)
Leasing Banco Bradesco - PR-STE	592.589,43	790.119,24	(556.439,45)	592.589,43
(-) Enc. Leasing Bradesco - PR-STE	(205.741,36)	(274.321,90)	0,00	(205.741,38)
Leasing Banco Bradesco - PR-STI	764.353,52	715.604,64	238.534,88	954.139,52
(-) Enc. Leasing Bradesco - PR-STI	(250.723,98)	(231.437,52)	(77.145,84)	(308.583,36)
Leasing Bradesco - Voyage	6.172,80	24.691,20	0,00	0,00
Encargos Fin. Voyage	(865,40)	(3.461,60)	0,00	0,00
Leasing Banco Itaú- PR-STZ	1.253.343,84		4.177.812,80	
(-) Enc. Leasing Itaú - PR-STZ	(297.322,61)		(991.075,29)	
Petrobras - Bonificação	510.420,64	46.846,82	783.447,71	1.842.644,71
	5.360.443,93	5.999.396,59	7.528.723,68	7.615.789,69

A Entidade mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionado à aquisição de "Aeronaves". Esses contratos são designados em reais e em dólar e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que varia de 08 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato. Os valores dos pagamentos futuros estimados e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondentes a esses ativos estão devidamente demonstrados acima.

Em 2015 houve a aquisição de mais uma aeronave EMB-120 Brasília (PR-STZ), aumentando os valores dos empréstimos em R\$ 4.142.758,74. Mesmo com esta aquisição, houve uma redução destes passivos em comparação a 2014 em R\$ 590.779,93.

NOTA 19 – TAXAS E TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

Nesse grupo de contas é registrado o valor em aberto até 31 de dezembro de 2015 os valores referentes a Tarifas de embarques e Taxas aeroportuárias em aberto, conforme descrito abaixo:



Tarifa de Embarque

2015	2014
319.243,91	173.833,46
319.243,91	173.833,46

NOTA 20 – TRANSPORTE A EXECUTAR

Nesse grupo de contas representa pelo registro de bilhetes vendidos e não utilizados, créditos de cliente referente a reembolso solicitados ou remarcação com a rubrica de MCO. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2015 são:

Transporte a executar
MCO a pagar

2015	2014
5.536.394,13	5.326.860,76
61.190,69	146.988,09
5.597.584,82	5.473.848,85

NOTA 21 – ADIANTAMENTOS

Nesse grupo de contas são registrados os valores pagos em adiantamento de clientes, os saldos em 31 de dezembro de 2015 são:

Adiantamento de clientes

2015	2014
2.708.596,21	697.344,67
2.708.596,21	697.344,67

Em 2015 houve um acréscimo no saldo deste grupo, onde R\$ 1.950.895,08, é representado pela a venda de duas aeronaves Caravan, prefixos PR-MEH e PR-MEK, cujo contrato de compra e venda prevê o pagamento parcelado até a quitação, ocasião em que haverá e emissão da NF de venda.

Os pagamentos a título de antecipação de venda das aeronaves estão mostrados abaixo:

Data	Discriminação	valor
21/05/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	100.000,00
22/05/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	400.000,00
22/05/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	100.000,00
03/06/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	500.000,00
10/06/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	135.600,00
25/06/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	40.222,00
27/07/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	49.875,00
02/09/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	25.975,80
08/09/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	15.959,27
08/09/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	11.328,05
09/10/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	26.250,00
16/10/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	10.000,00
21/10/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	16.000,00
28/10/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	15.000,00
13/11/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	10.000,00
24/11/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	10.000,00
03/12/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	17.500,00
22/12/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEK	250.000,00
23/12/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	37.184,96
29/12/2015	Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEK	180.000,00
TOTAL		1.950.895,08

NOTA 22 – OUTRAS PROVISÕES – IMPOSTOS PARCELADOS

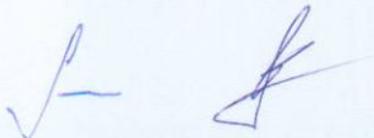
Nesse grupo estão registrados os valores referentes ao parcelamento de tributos federais. Os valores são:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
INSS Parcelamento	258.869,17	78.218,48	867.093,22	272.329,91
COFINS Parcelamento	76.896,60	136.596,84	159.705,82	475.583,34
IRRF Parcelamento	194.434,56	65.303,18	286.271,58	102.880,26
PIS Parcelamento	82.980,24	29.611,62	122.589,89	227.363,28
	613.180,57	309.730,12	1.435.660,51	1.078.156,79

Em 2015 o saldo de tributos parcelados aumentou 47,62% em comparação a 2014, sendo reflexo dos resultados ruins apresentados em decorrência da crise financeira, obrigando a empresa a adotar estas medidas para manter-se adimplente com as obrigações fiscais.

NOTA 23 – OUTRAS PROVISÕES

Nesse grupo está registrado a reserva de contingência que representa uma provisão de perdas extraordinárias, despesas extraordinárias, como ações trabalhistas, ou ações civis.



	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva de Contingência	633.309,04	633.309,04
Provisão de Riscos Cíveis	61.223,11	61.223,11
Provisão de Riscos Trabalhistas	1.292.572,32	1.292.572,32
Provisão Bonificação Petrobrás	0,00	38.981,82
	<u>1.987.104,47</u>	<u>2.026.086,29</u>

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é gerido e composto da seguinte maneira:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital Social	3.000.000,00	3.000.000,00
Reserva de Lucros/ Prejuízos	(1.335.398,01)	3.670.858,96
Prejuízo do Exercício	(11.692.720,12)	(5.015.712,07)
	<u>(10.028.118,13)</u>	<u>1.655.146,89</u>

Os ajustes de exercícios anteriores são decorrentes de apropriações indevidas de períodos anteriores, feitas as correções no exercício corrente e incorporadas na conta de Reserva de Lucros/Prejuízos.

	<u>2015</u>
Pagamento indevido INSS	7.855,10
Multa ANAC já paga em 2014	1.600,00
	<u>9.455,10</u>

Os ajustes estão devidamente apurados com planilha de memória de cálculo dos lançamentos contábeis. Os resultados do ajuste não interferiram na tributação da Empresa, não havendo necessidade de pagamento de guia complementar de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

NOTA 25- RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passageiros - Linhas Regulares	29.951.537,61	32.700.839,51
Carga	691.680,43	1.688.671,48
Receita de Viagens Especiais	133.651,06	397.304,87
Receita Revalidação Bilhetes RTR	330.295,69	150.950,00
Outras Receitas Vôo	3.266.491,61	470.783,17
Receita de D.U. Própria	128.147,37	169.036,98
Hangaragem de Aeronaves	27.337,72	2.600,00



Receita de Serviços Diversos	18.505,53	22.860,00
Taxa de embarque Linhas Aéreas	77.742,46	60.423,71
	34.625.389,48	35.663.469,72

As vendas dos bilhetes de passagem são reconhecidos como obrigação "Transporte a Realizar" no grupo passivo circulante e sua contrapartida no ativo circulante (Disponível ou Clientes).

Posteriormente são reconhecidas como receita no momento de realização dos eventos listados abaixo:

- Receitas de passagens são provenientes da receita "voada".
- Outras receitas de vôo são os bilhetes de passagens e tarifa de embarques vendidos e não voados, onde o cliente não solicitou a remarcação ou reembolso dentro do período de 01 ano, considerados como prescritos.
- Receitas de Hangaragem são provenientes de guarda de aeronaves de terceiros.
- Receitas de serviços diversas são provenientes de contrato de locação da estrutura de internet no estado do Pará.
- Receitas de Transporte de Cargas são provenientes das cargas contratadas e faturadas por meio de notas fiscais.
- Receitas de Taxa de Reembolso são provenientes de valores cobrados pelo cliente nos pedidos de reembolso.

NOTA 26 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos são reconhecidos pelo regime de competência independente se houve pagamento. Os custos com manutenção de aeronaves referentes a peças são reconhecidos pelo cálculo médio de estoque no momento de utilização das peças.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e Ordenados	4.688.970,11	3.398.883,11
Comb. e Lubrificantes	11.998.690,53	11.775.630,47
Tarifas Aeroportuárias	1.843.901,55	1.249.364,98
Seguros de Aeronaves	838.145,06	998.041,27
Serv. Aux. Op. Vôo Org. Terrestre	1.697.172,56	1.107.591,71
Comissões e Prêmios	983.061,85	1.025.267,83
Custo com Transporte e Refeição	369.932,14	479.979,78
Peças e Manutenção de Aeronaves	4.321.070,36	4.571.211,13
Diárias e Estadias	1.173.524,36	440.697,12
Hangaragem	1.650,00	2.600,00
Encargos Sociais	831.332,16	1.216.285,42
Demais Custos Operacionais	1.852.588,85	700.070,10
Depreciações e Amortizações	1.193.820,75	1.413.869,79
Material de Consumo	26.198,86	2.266,69
Serv. Prestados p/ Terceiros - PJ	347.787,22	294.755,32
Prog. Alimentação/Refeição - Custos	1.259.452,80	1.050.515,90



33.427.299,16

29.727.030,62

NOTA 27 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são registradas pelo regime de competência e é destinada a manutenção das atividades administrativas da entidade.

	2015	2014
Salários e Ordenados	.689.871,75	4.014.989,15
Outras Despesas Administrativas	1.376.348,39	3.546.957,81
Encargos Sociais	760.045,86	725.146,40
Despesas com Veículos	30.570,97	13.542,39
Água/Energia/Telefone	355.995,07	302.491,56
Despesas com Informática	569.358,41	571.097,14
Seguro Predial	100.968,86	103.014,32
Locação Maq. e Equipamentos	3.895,74	10.878,63
Manutenção Maq. e Equipamentos	900,00	48.772,47
	6.887.955,05	9.336.889,87

NOTA 28 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

As despesas tributárias e fiscais registradas pelo regime de competência.

	2015	2014
Taxa e Imposto Municipal	13.502,10	26.960,45
Taxa e Imposto estadual	3.596,63	45.234,88
Taxa e Imposto Federal	35.699,46	41.953,20
Taxas INFRAERO	186.535,20	51.658,56
Contribuição Sindical Patronal	2.210,87	2.190,45
Impostos e Taxas diversos	-	23,13
Taxas Inframérica	186,00	-
Taxas ANAC	23.658,55	28.342,16
	265.388,81	196.362,83

NOTA 29 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais são valores recebidos das operações não usuais da entidade. A receita de bonificação está vinculada a contrato de fidelidade na compra de produtos da Petrobrás, recebida antecipadamente e registrada como obrigação no passivo circulante e não circulante, sendo baixada como receita mensalmente utilizando a proporção de consumo x meta estipulada em contrato.

A Desoneração da Folha foi lançada em 2013 como receita, em 2014 foi alterado o critério contábil, passando a considerar a Desoneração como conta redutora dos custos com INSS, seguindo esta metodologia também em 2015.



	2015	2014
Recuperação de Despesas	2.276,18	1.419,89
Vendas de Bens do Ativo	4.799.016,26	400.250,00
Doações e Brindes Administração	10.055,85	6.773,57
Bonificação Petrobras	585.723,29	505.144,83
Outras Rec. Não Operacional.	114.330,81	17.444,33
Ajustes de Inventário	7.656,03	12.645,07
	5.519.058,42	3.812.888,74

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receitas Financeiras	2.783.954,02	14.524,29
Despesas Financeiras	(9.281.147,96)	(3.712.575,09)
	(6.497.193,94)	(3.698.050,79)

NOTA 31 – LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	2015	2014
Resultado Líquido	(11.692.720,12)	(5.015.712,07)
	(11.692.720,12)	(5.015.712,07)

NOTA 32 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	2015	2014
Custo	1.193.820,75	1.413.869,79
Despesa	279.618,15	270.368,55
	1.473.438,90	1.684.238,34

NOTA 33 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Em 2015 a Sete Linhas Aéreas movimentou a conta Ajustes de Exercícios Anteriores para corrigir os seguintes lançamentos indevidos, todos em 2014, a saber;

Estorno de 22 baixas de títulos do INSS ocorrida em 2014	R\$ 7.855,10;
Baixa do título ref. multa da ANAC já paga em 2014	R\$ 1.600,00.
Totalizando:	R\$ 9.455,10.

NOTA 34 – LEI 12.973/2014.

A Sete Linhas Aéreas avaliou adequadamente as opções permitidas pela Lei e, em razão de não haver impactos tributários sobre a mesma, não adotou de forma antecipada os arts 2º, 3º, 4º ao 72º da Lei 12.973/2014, não



gerando esta opção nenhum impacto tributário para a entidade, principalmente no que se refere a distribuição de lucros.

NOTA 35 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2015, a Sete Linhas Aéreas Ltda comunicou oficialmente à ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil, que a partir do exercício de 2016, a empresa suspenderá temporariamente as suas operações regulares.

Essa difícil decisão foi tomada em razão da crise política que assola o país e reflete direta e negativamente na economia brasileira, que apresentou números negativos recordes em 2015.

Durante o período de suspensão, a empresa Sete Linhas Aéreas realizará uma análise aprofundada de suas operações, com estudos para reformulação das malhas e substituição das aeronaves utilizadas, com o intuito de voltar a oferecer serviços de qualidade aos seus passageiros, retomar o espaço ocupado no mercado aeronáutico e, principalmente, crescer de forma sustentável.

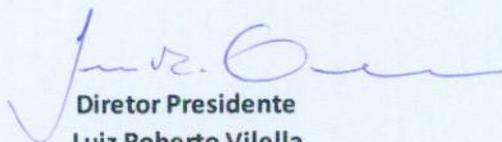
Destarte, a Sete Linhas Aéreas manterá ativo o Contrato de Concessão de Serviço Aéreo Público firmado com a ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil, vigente até dezembro de 2019, e apresentará as Hotrans para o retorno de suas atividades no momento oportuno.

NOTA 36 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

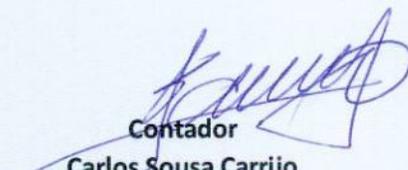
A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeira em 29 de fevereiro de 2016, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Era o que tínhamos a relatar e a esclarecer, em adendo as Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2015



Diretor Presidente
Luiz Roberto Vilella
Sócio Administrador
CPF 737.244.248-68



Contador
Carlos Sousa Carrijo
CRC/GO 010.652
CPF 389.852.331-49